



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

DESTAQUES DO PERÍODO

- ✓ Conclusão de todos os marcos previstos no Plano de Recuperação Judicial:
 - ✓ Entrada em operação do Complexo Alto Sertão III - Fase A com 424,5 MW de capacidade instalada; e
 - ✓ Alienação de todos os ativos previstos no plano.
- ✓ Retomada das obras do Complexo Solar Caetité - 4,8 MWp;
- ✓ Aumento de capital de R\$ 789 milhões quitando a dívida com partes relacionadas da Companhia
- ✓ EBITDA de R\$ 1.056 milhões
- ✓ Lucro líquido de R\$ 777 milhões

Videoconferência em português com tradução simultânea para o inglês
Quarta-feira, 29 de março de 2023 - 11h00 (BRT)
Transmissão: Página de Relações com Investidores da Renova Energia - ri.renovaenergia.com.br
Relações com Investidores (+55) 11 3509-1100 ri.renovaenergia.com.br

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi intenso, desafiador e marcado por importantes eventos que refletiram em mudanças profundas na história recente da Renova Energia. Com um cenário macroeconômico desafiador e instável, alcançamos a meta de cumprir os marcos previstos no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, e como reflexo do projeto de reestruturação e soerguimento do Grupo Renova terminamos 2022 com a entrega de um EBITDA de R\$ 1.056 milhões, lucro líquido de R\$ 777 milhões e uma receita operacional líquida de R\$ 206,4 milhões.

Outro importante evento foi a troca do controle da Companhia, em junho, o fundo AP Energias Renováveis assumiu o controle da Companhia com 67% de participação, mantendo a estratégia para cumprir o plano de recuperação, sanear as dívidas, e focar esforços na atuação em geração eólica e solar, com o fortalecimento de compromissos e diferentes iniciativas que englobam aspectos ambientais, sociais e de governança, fundamentais para a manutenção de um negócio sustentável, diverso e inclusivo.

No primeiro semestre, concluímos duas transações de M&A: Enerbrás e Cordilheira dos Ventos, que contribuíram com cerca de R\$ 308 milhões em recursos, que foram destinados para pagamento de credores e despesas operacionais. Em dezembro, a Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina, atingindo 424,5 MW de capacidade instalada em operação comercial, tal marco possibilitou o Grupo Renova cumprir com o último marco previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Adicionalmente a Companhia revisou as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A. Com a entrada em operação comercial do complexo a empresa pôde realizar a reversão, uma vez que a geração de recursos provenientes da venda de energia permitiu promover as atualizações das projeções financeiras com maior segurança.

A recuperação judicial faz parte da nossa reestruturação e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia, bem como preparar uma base sólida e dar segurança para permitir o crescimento sustentável para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios, tendo como base o pressuposto da continuidade.

Encerramos o ano com uma Companhia mais consistente, enxuta e robusta, com resultados ainda mais positivos e uma redução de 50% do seu endividamento em relação ao ano de 2021. Isso permite que possamos nos planejar para o futuro, mirando novas iniciativas de crescimento, embasadas em premissas que permitirão seguir a evolução e o potencial da geração de energia a partir de fontes renováveis na matriz elétrica brasileira.

Este desempenho é resultado da dedicação e comprometimento diário de todas as nossas equipes. O ano de 2023 será igualmente desafiador, com importantes compromissos que ainda deverão ser cumpridos, e a Companhia seguirá com o objetivo de continuar entregando resultados sustentáveis para os nossos acionistas e contribuindo para o desenvolvimento da economia brasileira de forma inovadora e eficiente.

2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2022	2021	Variação
Receita operacional bruta	221.560	100.416	120,6%
(-) Impostos - PIS, Cofins e ICMS	(15.157)	(6.604)	129,5%
Receita operacional líquida (ROL)	206.403	93.812	120,0%
Custos não gerenciáveis	(10.962)	(813)	1248,3%
Custos gerenciáveis	(93.209)	(79.941)	16,6%
Depreciação	(43.747)	(84)	51979,8%
Lucro bruto	58.485	12.974	350,8%
Despesas administrativas	(99.640)	(217.646)	-54,2%
Depreciação administrativa	(9.907)	(2.031)	387,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	819.755	(9.235)	n.a
Receitas/Despesas Financeiras	(214.585)	(277.465)	-22,7%
Resultado de equivalência patrimonial	-	134.228	n.a
Ganho/Perda na venda de ativos	233.818	395.422	-40,9%
IR e CS	(10.806)	(5.560)	94,4%
Lucro Líquido	777.120	30.687	2.432,4%
<i>Margem líquida</i>	<i>376,5%</i>	<i>32,7%</i>	<i>343,8 p.p.</i>

O Lucro Líquido do exercício foi impactado, principalmente, pela entrada em operação comercial e pela reversão da provisão do valor recuperável do Complexo Eólico Alto Sertão III.

3. ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social da Companhia subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.139.098 (bruto dos custos de emissão de ações) dividido em 244.147.746 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.073.879 ações ordinárias e 122.073.867 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	21,59%	-	0,00%	26.356.007	10,80%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	15.115.371	12,38%	0	0,00%	15.115.371	6,19%
Caetité Participações	10.356.384	8,48%	0	0,00%	10.356.384	4,24%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,72%	0	0,00%	884.252	0,36%
Outros Acionistas	95.717.872	78,41%	122.073.867	100,00%	217.791.739	89,20%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	66.545.129	54,51%	68.107.270	55,79%	134.652.399	55,15%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	4,72%	4.777.141	3,91%	10.541.945	4,32%
Spectra Volpi Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	1.712.178	1,40%	3.424.354	2,81%	5.136.532	2,10%
Bndespar	696.683	0,57%	1.393.366	1,14%	2.090.049	0,86%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,33%	406.795	0,17%
Ricardo Lopes Delneri	6.917.112	5,67%	14.746.540	12,08%	21.663.652	8,87%
Outros	14.081.966	11,54%	29.216.401	23,94%	43.300.367	17,74%
Total	122.073.879	100,00%	122.073.867	100,00%	244.147.746	100,00%

¹ possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDSPAR

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTES	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
ATIVOS CIRCULANTES											
Caixa e equivalentes de caixa	7	249	234.209	63.773	354.110	13	10.250	33.057	58.392	115.880	
Aplicações financeiras	7	-	-	4.282	5.278	14	1.425	252.303	49.939	252.508	
Contas a receber de clientes	8	-	-	30.367	6.231	15	4.824	5.374	15.509	15.719	
Tributos a recuperar	9	2.753	1.060	13.032	11.963	15	8.221	9.061	9.111	9.061	
Partes relacionadas	25	73.200	51.941	-	-	16	-	-	37.621	36.418	
Dividendos a receber	10.4	-	27.139	-	-	12	3.258	142	3.686	237	
Adiantamentos a fornecedores		1.068	1.520	1.127	1.631	17	87.203	25.667	167.363	100.520	
Despesas antecipadas		98	118	3.832	3.736	25	30.486	80.346	-	49.860	
Outros créditos		211	545	289	566	19	-	-	-	23.465	
		77.579	316.532	116.702	383.515	28	145.667	405.950	341.621	603.668	
Ativos classificados como mantidos para venda	28	-	177.359	-	335.908		-	11.457	-	106.636	
Total dos ativos circulantes		77.579	493.891	116.702	719.423		145.667	417.407	341.621	710.304	
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	7	278	254	278	254	13	22.366	31.404	192.924	199.276	
Depósitos judiciais	14.5.b	8.002	2.802	9.451	3.667	14	31.091	2.583	950.914	944.957	
Tributos diferidos		-	-	1.327	-	14	61.135	59.950	-	-	
Partes relacionadas	25	148.810	156.229	-	-	15	5.020	7.546	8.030	14.221	
Outros créditos		60	60	60	60	16	-	-	38.143	38.870	
Investimentos	10	1.300.615	468.337	-	-	12	7.705	70	22.774	13.240	
Imobilizado	11	106.590	5.027	2.686.601	1.557.299	25	-	766.013	-	742.976	
Total dos ativos não circulantes		1.564.355	632.709	2.697.717	1.561.280	10	268.711	311.226	-	-	
						18	113.416	129.483	196.614	181.068	
						11.11	-	-	23.235	-	
						17	75.861	56.238	129.202	91.111	
						20	585.305	1.364.513	1.561.836	2.225.719	
							4.139.098	3.349.936	4.139.098	3.349.936	
							(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)	
							1	1	1	1	
							(3.186.380)	(3.963.500)	(3.186.380)	(3.963.500)	
							910.962	(655.320)	910.962	(655.320)	
TOTAL DOS ATIVOS		1.641.934	1.126.600	2.814.419	2.280.703	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.641.934	1.126.600	2.814.419	2.280.703	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	Nota explicativa	Capital Social		Outros resultados abrangentes		Total do patrimônio líquido (negativo) controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Reservas de capital	Ágio	
Aumento de capital social - emissão de ações		2.960.776	(41.757)	-	1	(1.107.637)
Lucro líquido do exercício		389.160	-	-	-	389.160
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-	30.687
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		-	-	-	32.470	32.470
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.349.936	(41.757)	-	1	(655.320)
Aumento de capital social - emissão de ações	20.b	789.162	-	-	-	789.162
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	777.120
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	20	4.139.098	(41.757)	-	1	910.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

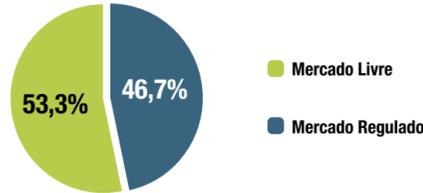
continua →

Em 07 de outubro de 2022, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 6ª e última Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova poderiam manifestar interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia. O prazo para manifestação e recebimento do pedido de conversão pela Companhia foi encerrado em 05 de novembro de 2022 e em 02 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 31.297 milhões.

4. PROJETOS DA COMPANHIA

4.1. Operação - Alto Sertão III - Fase A

O Alto Sertão III - Fase A possui 26 parques eólicos, com capacidade instalada de 432,6 MW - 155 Turbinas GE, que teve a conclusão no final do quarto trimestre de 2022. A energia foi comercializada da seguinte forma:



4.2. Projetos em Desenvolvimento

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430 MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca de 5,9 GW.

5. QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA - ESG

A Companhia segue comprometida com a transição energética para uma economia de baixo carbono, alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU - Organização das Nações Unidas:

7 ENERGIA LIMPA E ACESIVEL

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

16 PAZ, JUSTIÇA INSTITUCIONAL E FORTECIMENTO

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, reponsáveis e inclusivas a todos os níveis

5.1. Meio Ambiente

A Companhia destaca que atua com responsabilidade ambiental em todos os seus empreendimentos e que vem buscando iniciativas e soluções com foco na redução constante dos impactos gerados nas localidades onde atua.

Por isso, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas ("PRAD") implantado e executado pela Renova Energia visa uma melhor regeneração de características naturais e a reintegração da paisagem local de áreas degradadas nos canteiros de obras e adjacências dos Parques Eólicos. A recuperação das áreas torna-se necessária em função dos impactos decorrentes de atividades como terraplanagens para a instalação do canteiro de obras, cortes e aterros para implantação das vias de acessos, escavações em geral, abertura de jazidas de terra, formação de áreas de bota-fora e instalação ou aceleração de processos erosivos no local da obra, entre outras atividades relacionadas à implantação dos aerogeradores e subestações.

5.2. Social

A Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.

No quesito diversidade de gênero, a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente 50% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso pipeline de iniciativas: Relações Comunitárias.

A Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

5.3. Riscos e Conformidade

A Diretoria Compliance tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Nosso Canal Transparência.

É o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando à efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

6. GLOSSÁRIO

Complexo Alto Sertão III Fase A ("AS III - Fase A") - 26 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013, LER 14 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 432,6 MW.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica;

ESPPRA - Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia;

LER - Leilão de Energia de Reserva;

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização;

Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL;

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas;

PPR - Programa de Participação de Resultados;



← continuação
Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida					
Custos dos Serviços					
Custo com compra de energia		-	-	(59.800)	(71.943)
Custo de operação		-	-	(33.409)	(7.998)
Depreciações e amortizações	11	(88)	(84)	(43.747)	(84)
Encargos de uso do sistema de distribuição		-	-	(10.962)	(813)
Total		22	(88)	(147.918)	(80.838)
Resultado Bruto					
Recetta (Despesas)					
Gerais e administrativas		(13.576)	(15.938)	(89.775)	(103.978)
Depreciações e amortizações	11	(9.263)	(1.526)	(9.907)	(2.031)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	1.5	-	-	819.755	(9.235)
Outras receitas (despesas) líquidas		647	(37.035)	(9.865)	(113.668)
Total		22	(22.192)	(54.499)	(228.912)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	663.820	(161.789)	-	134.228
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 10.3.1.1	233.818	393.995	233.818	395.422
Total		10.3	663.820	(161.789)	-
Lucro antes do Resultado Financeiro					
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras		8.842	2.983	16.910	13.950
Despesas financeiras		(107.080)	(149.919)	(231.495)	(291.415)
Total		23	(98.238)	(146.936)	(277.465)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social - correntes		777.120	30.687	787.926	36.247
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	(11.145)	(6.010)
Total		24	-	(10.806)	(5.560)
Lucro Líquido do Exercício					
Lucro por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27	777.120	30.687	777.120	30.687
			5,01	0,41	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		777.120	30.687	777.120	30.687
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício		777.120	30.687	777.120	30.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		777.120	30.687	777.120	30.687
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	9.351	1.610	53.654	2.096
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	(819.755)	9.235
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11	-	941	981	941
Comissões e outras penalidades	14.3	384	43.186	384	43.541
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.3	25.113	35.434	137.466	155.676
Apropriação dos custos sobre empréstimos	14.3	-	-	13.275	-
Atualização e provisão CCEE/Elektrobras	16.1	-	-	20.717	17.903
Multa sobre ressarcimento	16.1	-	-	7.865	30.312
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	5.529	(1.960)	37.142	48.976
Provisão (reversão) para contrato oneroso	19	-	-	(23.465)	5.130
Juros sobre aplicações financeiras e caucões	23	(5.174)	(2.708)	(16.795)	(13.428)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	57.174	39.484	59.779	39.538
Juros sobre contas a pagar	6.081	2.261	18.816	20.345	
Juros sobre passivo de arrendamento	12	2.709	1.809	4.228	5.315
Atualização da provisão para desmantelamento	11, 11	-	-	993	(104)
Atualização de depósitos judiciais		162	(70)	205	(983)
Tributos diferidos		-	-	(740)	-
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 10.3.1.1	(233.818)	(406.538)	(233.818)	(407.965)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(663.820)	161.789	-	(134.228)
Perda no investimento		-	7.936	-	7.936
Perda da dívida		-	(125)	-	(125)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	150	(22.633)	(4.207)
Depósitos judiciais		(5.362)	(347)	(6.357)	(635)
Tributos a recuperar		(1.693)	(629)	(117)	750
Despesas antecipadas		20	43	10	(2.508)
Adiantamentos a fornecedores		452	(1.009)	(741)	(1.092)
Outros créditos		334	(286)	277	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações Gerais: A Renova Energia S.A. - em recuperação judicial ("Renova", "Companhia" ou "Controladora"), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas na nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jacuere, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção ("Grupo Renova"):

Investimentos	Classificação	Descrição		
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial ("Renova PCH")	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuam, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.		
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	Controlada indireta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.		
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	Controlada indireta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2013 ("LER 2013") - vide nota 1.1.		
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2013 ("LER 2013") - vide nota 1.1.		
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Jacarándá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Facheiro S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Sabiú S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção comercializada no mercado livre - vide nota 1.1.		
Centrais Eólicas Jatá S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Amescia S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Manheiro S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Itapuí VII Ltda. - Em recuperação judicial			Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2014 ("LER 2014") - vide nota 1.1.
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial			Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2014 ("LER 2014") - vide nota 1.1.
Investimentos			Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial			Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Carrancho S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Calandira S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial				
Centrais Eólicas Putumujú S.A. - Em recuperação judicial				
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuam, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.		
RF 120 Participações Societárias S.A.				
Senovapar S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.		
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial				
Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda.				
Taperoá Centrais Eólicas Ltda.				

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A. Nota 2: empresa incorporada a Companhia em julho de 2022. Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos: Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia comunicou ao mercado que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos marcos do plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022. **1.2 Venda**

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas					
Vendas de energia	21	-	-	221.557	100.416
Outras receitas		3.531	553	11.553	15.519
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		-	-	(104.276)	(80.866)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.323)	(49.201)	(78.649)	(197.115)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	819.755	(9.235)
Valor adicionado bruto		(5.792)	(48.648)	869.940	(171.281)
Depreciação	11	(9.351)	(1.610)	(53.654)	(2.115)
Valor Adicionado Líquido Gerado					
Valor Adicionado Recebido Em Transferência		(15.143)	(50.258)	816.286	(173.396)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	663.820	(161.789)	-	134.228
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.2	233.818	393.995	233.818	395.422
Receitas financeiras		9.273	3.130	17.814	14.607
Valor Adicionado Total a Distribuir		891.768	185.078	1.067.918	370.861
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal:					
Salários e encargos		2.927	1.982	11.827	12.760
Honorários da administração	25.5	2.884	1.591	11.655	10.245
Benefícios		807	387	4.908	4.336
FGTS		390	192	2.119	1.617
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		1.518	733	32.386	17.751
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		92.452	85.437	213.465	223.818
Aluguéis		33	2	54	207
Outros		13.637	64.067	14.384	69.440
Lucro líquido do exercício		777.120	30.687	777.120	30.687
Valor Adicionado Total Distribuído		891.768	185.078	1.067.918	370.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(37.748)	2.351	(76.550)	37.783
Tributos a recolher		(3.703)	(3.338)	(3.589)	(186)
Salários e férias a pagar		(840)	1.040	1.534	(13.782)
Contas a pagar CCEE/Elektrobras	16.1	-	-	(38.591)	(20.764)
Outras contas a pagar		(1.405)	1.629	26.419	11.148
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(268)	-	(4.379)	(2.106)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14.3	(60.728)	(58.501)	(127.817)	(98.760)
Dividendos recebidos	10.4	-	-	-	71.363
Pagamentos de contingências	18	(5.754)	-	(5.754)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(135.884)	(131.886)	(233.511)	(147.777)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Aportes de capital em investidas	10.3.2	-	(358.843)	-	-
Recursos para futuro aumento de capital	10.3.2	(269.234)	(167.355)	-	-
Recuperação na alienação de ativos	1.2	387.677	1.009.437	387.677	1.069.244
Aplicações financeiras		5.150	8.137	15.241	8.867
Aquisição de imobilizado	11 e 28	(15.558)	(10.918)		



← continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
Valores expressos em milhares de Reais

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1/IFRS 2	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade. Em suma, as modificações decorrem de: (i) Alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 17	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2021), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IFRS 4/IAS 28/IAS 34/IAS 8/IAS 1/IAS 16/IAS 32/IFRS 1/IFRS 7 e IAS 26	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2021), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36/IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/IAS 28/IAS 15/IAS 1/IAS 16/IAS 40/IFRS 5/IAS 17/ IFRS 1/IAS 32/IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	01/01/2023
CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10/IAS 28	indeterminado

Para as normas ou alterações mencionadas acima a administração da Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.6 Reclassificação dos saldos contábeis:** Visando melhor apresentação das operações com partes relacionadas no balanço patrimonial da Controladora, o montante de R\$ 30.486 foi reclassificado da rubrica de outros créditos (ativo circulante) e outros credores (passivo circulante) para a rubrica de partes relacionadas (no ativo e passivo, respectivamente). **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizadas para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo: a) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos devido a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, conforme premissas descritas na nota 11.9. b) Provisão para perdas judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 18. c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 26. d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: Conforme mencionado na nota 2.3.7, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 11. e) Contrato oneroso: Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem a qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato. Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

Parques	Reversão Impairment
LER 2013	383.526
LER 2014	143.293
Mercado Livre	812.936
Total	1.339.755

2. Principais políticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lido a lado. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas e respondem ao usuário da administração e aos gestores da Companhia. **2.2 Aprovação das informações contábeis:** As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023. **2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue: **2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.3.2 Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem a mais-valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. **2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A venda de um ativo para ser classificado como mantido para venda deve ocorrer dentro de um período de tempo razoável e a venda deve ocorrer dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras. Os ativos não circulantes (ou grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas não possuem ativos classificados como mantidos para venda. **2.3.4 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que tor provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria. **2.3.6 Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. a) Tributos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III e SF 120 são isentas de imposto de renda e contribuição social. b) Tributos diferidos: O reconhecimento de tributos diferidos na nota 1 são optantes do regime do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras. b) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos são passivos reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos são ativos reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.3.7 Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros realizados durante e base de construção de ativos das unidades geradoras de energia. Os custos de materiais e mão de obra direta são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção das obras em andamento, os custos de aquisição de ativos são mensurados pelo custo histórico de aquisição, quando aplicável, e os custos de aquisição de ativos são mensurados pelo custo histórico de aquisição, quando aplicável. Para os custos de aquisição de ativos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financeiros. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos. As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar. b) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL para depreciação de ativos de geração de energia elétrica. A depreciação de ativos é calculada pelo método de custo de aquisição, exceto para ativos que são mensurados pelo valor justo. Os custos de aquisição de ativos são mensurados pelo valor justo no momento da aquisição. Um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. Alteração ao IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado: A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. Alteração ao IAS 37/CPC 25: Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: As alterações especificam que, ao determinar se um contrato é oneroso, devem ser considerados os custos diretamente relacionados a esse contrato. As alterações também especificam que esses custos consistem tanto nos custos incrementais do cumprimento de um contrato (por exemplo, mão de obra direta e materiais) quanto na alocação de outros custos diretos (tanto no exemplo da taxa de depreciação de um item do ativo imobilizado utilizados no cumprimento desse contrato, entre outros). **2.3.8 Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas fazem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros são ativos classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros: a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Inclui o montante mensurado pelo valor justo pelo método de custo amortizado: são ativos mantidos ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com o gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria: • Caixa e equivalentes de caixa (nota 7); • Aplicações financeiras (nota 7); • Transações com partes relacionadas (nota 25). a.2) Mensurados pelo custo amortizado: A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que consistam, exclusivamente, em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 8). b) Passivos financeiros: b.1) Mensurados pelo custo amortizado: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem: • Fornecedores (nota 13); • Empréstimos e financiamentos (nota 14); • Contas a pagar - CCEE e Eletrobras (nota 16); e • Transações com partes relacionadas (nota 25). c) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021. **2.4 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **2.5 Adoção das IFRSs novas e revisadas:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: a) Em vigor a partir de janeiro de 2022: Alteração ao IFRS 3/IFRS 15 (R1): Combinação de Negócios: As alterações substituem as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. Eles também adicionam requisitos explícitos que: a. Para obrigações dentro do escopo do IAS 37/ CPC 25, um adquirente realiza a aplicação da norma para determinar se na data de aquisição existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados. b. Para uma nova subsidiária que o adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante contábil de variações cambiais, b. IFRS 9/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: esclarece que encargos financeiros devem ser incluído no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. c. IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. d. IAS 41/CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola: remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41/CPC 29 com as de outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes à data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*	
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuu VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuu VIII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.
Nota 1: Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuu VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*	
Centrais Eólicas Amesla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jatai S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cadro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Maneiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anitá Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Banjoara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Catuquara S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5087	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)º	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)º	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calandira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)º	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Emburana S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)º	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Lico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)º	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)º	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)º	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)º	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansancão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)º	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.
Nota 11: As autórias desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 17.
5. Comercialização de energia: 5.1 Mercado regulado (ACR):

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compra- hora	Valor original do contrato	Valor contratado (MWh)	Valores atualizado		Índice de correção	Prazo		
					Energia anual histórico	Preço MWh (R\$)			Preço MWh (R\$)	Mês de reajuste
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880,30	96.360	105,20	180,39	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.543,80	60.444	113,70	194,96	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101,15	34.164	111,30	190,85	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.182,57	84.972	103,60	177,64	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.349,56	39.420	104,38	178,98	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.199,50	83.220	103,99	178,31	set-15	ago-35		



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

→ continuação

	31/12/2021				9. Tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	PCH	Eóico	Comercialização	Administrativo		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	43.813	416	49.583	-	IRRF a compensar	2.176	414	2.842	738
Custos não gerenciáveis	(813)	-	-	-	Saldo negativo de IRPJ a compensar	447	535	2.887	7.604
Margem Bruta	43.000	416	49.583	-	COFINS a recuperar	-	-	2.212	1.895
Custos gerenciáveis	(15.702)	(119.365)	(58.690)	(103.830)	PIS a recuperar	-	-	513	420
Depreciação	-	(505)	-	(1.610)	ICMS a recuperar	-	-	4.395	1.142
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(9.235)	-	-	Outros tributos a compensar	130	111	183	173
Resultado de equivalência patrimonial	134.228	-	-	-	Total	2.753	1.060	13.032	11.972
Ganho na alienação de ativos	393.995	1.427	-	-	Transfêrencia para ativos mantidos para venda	-	-	-	(9)
Receita financeira	1.656	8.705	684	2.905	Total	2.753	1.060	13.032	11.963
Despesa financeira	(87.638)	(62.667)	(456)	(140.654)	Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2023. 10. Investimentos: 10.1 Composição dos investimentos: O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:				
Imposto de renda e contribuição social	(1.808)	-	(3.752)	-					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	467.731	(181.224)	(12.631)	(243.189)					
Ativos totais	211.222	1.795.565	30.597	243.229					
Passivos totais	502.524	1.023.521	38.953	1.371.025					

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	13	8	47	44
Bancos conta movimento	236	266	3.482	6.313
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	233.935	64.526	391.893
Aplicações financeiras	278	254	278	254
Total	527	234.463	68.333	398.504

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(38.862)
Total	527	234.463	68.333	359.642

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	249	234.209	63.773	354.110
Aplicações financeiras	-	-	4.282	5.278
Total	249	234.209	68.055	359.388

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 101,32% do CDI.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Comercialização Mercado livre	15.145	5.773
CCEE	15.222	458
Eletrobras - ESPRA	-	6.591
Total	30.367	12.822
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(6.591)
Total	30.367	6.231

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Comercialização	206.969	233.326
Total	1.031.904	157.111

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	-	-	-	-
Investimento	1.300.615	468.337	-	-
Passivo	-	-	-	-
Provisão para perda sobre investimento	(268.711)	(311.226)	-	-
Total	1.031.904	157.111	-	-

10.2 Informações sobre investidas: As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2022				Lucro líquido (prejuízo) no exercício	31/12/2021			
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
PCH	-	-	-	-	6.717	-	-	-	-
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	37.540.023	99,99	374	-	37.540.023	99,99	374	-	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.595)
Eóico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	2.128.113.291	99,99	2.128.113	1.167.482	543.803	2.128.113.291	99,99	2.128.113	368.532
Centrais Elétricas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	19.910.432	99,99	19.910	(1.089)	(1.451)	19.910.432	99,99	19.910	196
Centrais Elétricas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.404.320	99,99	9.404	(3.219)	(1.690)	9.404.320	99,99	9.404	(1.861)
Centrais Elétricas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	17.648.177	99,99	17.648	(6.600)	(1.538)	17.648.177	99,99	17.648	(5.229)
Centrais Elétricas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	23.468.639	99,99	23.469	(7.819)	(2.229)	23.468.639	99,99	23.469	(5.954)
Centrais Elétricas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.549.928	99,99	25.550	2.885	(1.752)	25.549.928	99,99	25.550	4.430
Centrais Elétricas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.510.149	99,99	8.510	(2.638)	(1.483)	8.510.149	99,99	8.510	(1.318)
Centrais Elétricas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	21.718.499	99,99	21.718	(3.135)	(1.532)	21.718.499	99,99	21.718	(1.807)
Centrais Elétricas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	5.870.759	99,99	5.871	(2.398)	(1.140)	5.870.759	99,99	5.871	(1.386)
Centrais Elétricas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	17.701.313	99,99	17.701	(7.394)	(1.740)	17.701.313	99,99	17.701	(5.855)
Centrais Elétricas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	16.317.932	99,99	16.318	(7.082)	(1.655)	16.317.932	99,99	16.318	(5.603)
Centrais Elétricas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.830.937	99,99	18.831	1.021	(1.330)	18.830.937	99,99	18.831	2.192
Centrais Elétricas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	12.391.309	99,99	12.391	(6.693)	(1.243)	12.391.309	99,99	12.391	(5.643)
Centrais Elétricas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.439.716	99,99	20.440	3.479	(735)	20.439.716	99,99	20.440	4.104
Centrais Elétricas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.985.315	99,99	20.985	2.547	(970)	20.552.944	99,99	20.553	3.167
Centrais Elétricas Ico S.A. - Em recuperação judicial	13.461.491	99,99	13.461	(3.926)	(925)	13.461.491	99,99	13.461	(3.100)
Centrais Elétricas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.886.576	99,99	7.887	(2.835)	(662)	7.886.576	99,99	7.887	(2.252)
Centrais Elétricas Calandira S.A. - Em recuperação judicial	25.549.928	99,99	25.549	(867)	(452)	25.549.928	99,99	25.549	(473)
Centrais Elétricas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.826.828	99,99	4.827	(2.154)	(487)	4.826.828	99,99	4.827	(1.731)
Centrais Elétricas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.757.034	99,99	2.757	(746)	(444)	2.757.034	99,99	2.757	(358)
Centrais Elétricas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.791.020	99,99	3.791	(468)	(479)	3.791.020	99,99	3.791	(52)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	48.384.027	99,99	21.155	20.784	108.731	149.949.272	99,99	149.949	17.835
Centrais Elétricas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial	12.731.271.885	99,99	127.313	90.285	6.890	3.284.844	99,99	3.285	(33.739)
Centrais Elétricas Itapua XX Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.313.150	99,99	245.313	(2.679)	(1.996)	245.313.150	99,99	245.313	(1.539)
Centrais Elétricas Itapua IV Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itapua V Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.681	100,00	236	-	(10)	235.681	100,00	236	(3)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	(2.292)	76.212.136	99,99	76.212	67.881
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	12.132	(437)	12.937.880	99,99	12.938	(519)
Outras participações (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(206.969)	26.357	524.038.918	100,00	524.039	(233.326)
Total	-	-	-	1.031.904	663.820	-	-	-	157.111

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1
10.3 Movimentação dos investimentos: 10.3.1. Consolidado: 10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado - Brasil PCH S.A.: Até dezembro de 2021, a Companhia mensurou seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11/CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto. Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a venda UPI Brasil PCH, transferindo a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de sua titularidade para a BSB Energética e ELETRORIVER S.A., pelo valor de R\$ 1.100.000.

Descrição	Valor
Valor da venda ajustado(a)	1.009.437
Custo do investimento	(602.899)
Ganho antes dos outros custos e provisões	406.538
Outros custos na venda(b)	(12.543)
Ganho na alienação	393.995
(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos o Ajuste Preliminar (R\$30.563) e o Valor Retido (R\$60.000). (b) Corresponde a gastos com os assessores financeiros e jurídicos. A Companhia utilizou os recursos recebidos na operação principalmente para (i) liquidar antecipadamente o DII, (ii) quitar determinados credores concursais e extracursais e (iii) dar continuidade às obras de conclusão do Complexo Eóico Alto Sertão III - Fase A e às demais atividades operacionais da Companhia e suas subsidiárias. Adicionalmente, em 30 de maio de 2022 a Companhia recebeu R\$63.036 referentes a parcela retida corrigida do valor da venda da UPI Brasil PCH.	

10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2021		Adições		AFAC		Dividendos propostos		Equivalência patrimonial		Transferência do ativo mantidos para venda		Baixa de investimento		Incorporação de investimento		31/12/2022
	31/12/2021	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência do ativo mantidos para venda	Baixa de investimento	Incorporação de investimento									
PCH	-	-	-	(6.981)	6.717	-	264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)1	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Eóico																	
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	368.532	255.147	-	-	543.803	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.167.482	
Centrais Elétricas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	196	166	-	-	(1.451)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.089)	
Centrais Elétricas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.861)	332	-	-	(1.690)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.219)	
Centrais Elétricas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.229)	167	-	-	(1.538)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.600)	
Centrais Elétricas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.954)	364	-	-	(2.229)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.819)	
Centrais Elétricas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.430	207	-	-	(1.752)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.885	
Centrais Elétricas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.318)	163	-	-	(1.483)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.638)	
Centrais Elétricas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.807)	204	-	-	(1.532)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.135)	
Centrais Elétricas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(5.855)	128	-	-	(1.140)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.398)	
Centrais Elétricas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.855)	201	-	-	(1.740)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.394)	
Centrais Elétricas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.603)	176	-	-	(1.655)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.082)	
Centrais Elétricas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.192	159	-	-	(1.330)	-											



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

→ continuação

Nota 1: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado à Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 17.a, a Companhia mantém provisão de R\$61.080 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas. Nota 2: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relativos ao desenvolvimento e manutenção de projetos eólicos e pequenas centrais hidrelétricas, com prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia. **11.8 Baixa de projetos:** A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2022 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente. **11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu a uma revisão de todas as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo imobilizado tendo em vista que todos entraram em operação comercial ao longo de 2022 e utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos considerando uma taxa de desconto nominal calculada pela metodologia wacc, e reverteu o montante de R\$810.755 afetando positivamente o resultado de 2022 (Nota 1.5). **11.10 Bens dados em garantia:** A controladora indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.683.756, conforme Nota 14. **11.11 Desmantelamento:** A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no final da autorização, para retirada de serviço dos ativos relacionados aos parques eólicos e reconstrução do terreno. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização. **12. Direito de uso - Arrendamentos:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas identificaram 1.537 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.397 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 135 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas. Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Não circulante				
Imobilizado				
Direito de uso do ativo arrendado	24.239	42.184		
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(18.474)	(21.162)		
	5.765	21.022		
Passivo				
Circulante				
Arrendamentos a pagar			4.496	7.124
(-) Ajuste a valor presente			(1.238)	(3.438)
Total do passivo circulante			3.258	3.686
Não circulante				
Arrendamentos a pagar			14.292	64.081
(-) Ajuste a valor presente			(6.587)	(41.307)
Total do passivo não circulante			7.705	22.774
Passivo total			10.963	26.460

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso. A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são materiais para suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas: 14.1 Consolidado:

Moeda Nacional	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espira (14.5.a)				
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") (14.5.b)				
Banco Bradesco (14.5.c)				
Banco Itaú (14.5.d)				
Citibank (14.5.e)				
Banco ABC (14.5.f)				
BTG Pactual (14.5.g)				
Citibank (14.5.h)				
Banco Bradesco (14.5.i)				
Banco Itaú (14.5.j)				
Banco Safra (14.5.k)				
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda				
Total de Empréstimos e Financiamentos:				
a) 15% de bônus de adimplência. b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.				

Em 31 de dezembro de 2022 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$1.000.853, sendo, R\$959.144 da Classe II, R\$13.400 da Classe III e R\$28.309 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.3.

14.2 Controladora: 14.2.1 Empréstimos:

Custo da Dívida	31/12/2022				31/12/2021			
	Encargos	Principal	Total	Total geral	Encargos	Principal	Total	Total geral
155% CDI								
0,5% a.a. + TR ^a	1.168	256	1.424	28.309				
0,5% a.a. + TR ^b	1	1	2	4.207				
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS	1.169	256	1.425	32.516	2.265	2.941	5.206	31.091

As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial. **14.2.2 Debêntures privadas: 14.2.2.1 Ativo:** Em 22 de fevereiro de 2022 a controladora Renova Comercializadora realizou a primeira emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes à variação acumulada da TR acrescidas a 0,5% a.a., subsidiadas integralmente pela Companhia, conforme resumo a seguir:

Data	Subscriber	Emissão privada	Valor	Vencimento
22/02/2022	Renova Energia	1 ^a	50.730	31/12/2022

Em 07 de novembro de 2022 a controladora Renova Comercializadora quitou o saldo devido. **14.2.2.2 Passivo**

Custo da Dívida	31/12/2022				31/12/2021			
	Encargos	Principal	Total	Total geral	Encargos	Principal	Total	Total geral
TR + 0,5% a.a.	1.328	59.807	61.135	59.950	143	59.807	59.950	

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, foram realizadas emissões privadas de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes à variação acumulada da TR acrescidas a 0,5% a.a., subsidiadas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III - Fase B, conforme resumo a seguir:

Data	Subscriber	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 31/12/2022
05/04/2021	Fase B	8 ^a	50.730	24/03/2025	51.868
03/09/2021	Fase B	10 ^a	9.077	03/09/2026	9.267
			59.807		61.135

14.3 Movimentação: a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	362.618	17.730	380.348	1.406.509	56.593	1.463.102
Empréstimos obtidos	-	-	-	362.465	-	362.465
Assunção do DIP	369.925	44.571	414.496	-	-	-
Provisão dos encargos financeiros	-	34.129	34.129	-	155.676	155.676
Encargos financeiros pagos	(558.772)	(58.501)	(617.273)	(740.475)	(98.760)	(839.235)
Amortização de empréstimos e financiamentos	43.186	(43.186)	-	43.541	(43.541)	-
Penalidades	(151)	151	-	(25.890)	-	(25.890)
Incorporação de juros ao principal	(13.275)	-	(13.275)	(14.392)	-	(14.392)
Custo de captação	13.275	-	13.275	14.392	-	14.392
Apropriação dos custos de captação	-	-	-	11.127	789	11.916
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	216.806	38.080	254.886	1.109.057	88.408	1.197.465
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	25.082	25.082	-	137.466	137.466
Provisão dos encargos financeiros	384	-	384	384	-	768
Honorários de sucumbência	-	(60.728)	(60.728)	(127.817)	(127.817)	(254.634)
Encargos financeiros pagos	(187.108)	-	(187.108)	(211.616)	-	(398.724)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	1.154	1.154	335	4.971	5.106
Saldos vinculados aos ativos alienados	30.082	2.434	32.516	902.461	98.392	1.000.853

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora			Passivo		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	51.000	137	51.137
Captação de debêntures privadas	-	-	-	455.808	-	455.808
Amortização	-	-	-	(477.001)	-	(477.001)
Encargos financeiros provisionados	-	-	-	1.305	-	1.305
Encargos financeiros pagos	-	-	-	(1.299)	(1.299)	(2.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	59.807	143	59.950
Emissão de debêntures privadas	178.591	-	178.591	-	-	-
Amortização	(178.591)	-	(178.591)	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	1.154	1.154	1.185	-	1.185
Encargos financeiros pagos	-	(1.154)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	59.807	132	60.139

14.4 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos): As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

	31/12/2022		31/12/2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
jan/2024 a dez/2024	50.035	1.625	-	-
jan/2025 a dez/2025	50.036	1.625	-	-
jan/2026 a dez/2026	50.036	1.625	-	-
jan/2027 a dez/2027	50.036	1.625	-	-
jan/2028 a dez/2028	99.405	3.041	-	-
jan/2029 a dez/2033	647.926	20.181	-	-
jan/2034 a dez/2036	3.440	1.369	-	-
Total	950.914	31.091	-	-

14.5 Resumo dos contratos: a. Contrato BNB: A controladora indireta Espira, com intervenção da controladora Enerbrás, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026. Com o fechamento da operação de venda mencionada na nota 1.2.1, a dívida relativa à UPI Enerbrás, que em 31 de maio de 2022 ("data-base da operação"), correspondia a R\$48.719, foi integralmente transferida para a compradora, b. Banco Safra: Em razão do pedido de recuperação judicial da controladora Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial ("Itaparica"), a Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") decretou o vencimento antecipado do débito, tendo o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrado a integridade da dívida, utilizando R\$6.097 recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogando no saldo remanescente de R\$2.557, listado em nome da FINEP, na lista de credores do plano de recuperação judicial. Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito de sua titularidade, houve bloqueio de R\$ 3.591 e de R\$ 616, valores já levantados pelo Banco Safra. Opusemos as medidas judiciais pertinentes e aguardamos julgamento. Os patronos do Safra distribuíram cumprimento provisório de sentença (processo nº 0028271-44.2022.8.26.0100), a fim de terem satisfeitos os honorários de sucumbência no montante de R\$337. A Companhia efetivou o depósito judicial do valor em discussão e obteve decisão determinando que eventual levantamento do montante deve ser precedido de caução. Contudo, os advogados interuseram recurso que reverteu a decisão e liberou o levantamento do montante sem caucionamento. Na Recuperação Judicial está pendente julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial nº 2088131-82.2021.8.26.0000, que foi remetido ao Supremo Tribunal de Justiça, o qual discute a concursabilidade ou não do crédito, caso seja julgado como crédito concursal a Companhia utilizará as medidas judiciais cabíveis para reaver os valores levantados, bem como para pagamento do crédito nos termos do plano de recuperação judicial em andamento. c. BNDES (Empréstimo-ponte): Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial ("Diamantina"), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas-fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento. A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II). São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Equipamentos S.A. - em recuperação judicial ("Alto Sertão"), Diamantina e das SPes na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPes e ambiente livre (CCEVs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs) e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima. d. Outros empréstimos - capital de giro: Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controladora indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário ("CCBs") junto aos Bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controladora Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram o vencimento antecipado das CCBs e a entidade controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.895 restando um saldo a pagar em favor dos bancos de R\$8.505, bem como um saldo no valor de R\$15.983 (Nota 17) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB. As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III). Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019 assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal. Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos. Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais

Custo	Controladora		Consolidado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Amortização direito de uso				
Despesa				
Amortização direito de uso	8.412			
Resultado financeiro				
Juros sobre obrigação de arrendamento	2.709			
Total	11.121			

Em 31 de dezembro de 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante				
jan/2023 a dez/2023	3.438			
Não circulante				
jan/2024 a dez/2024				
jan/2025 a dez/2025				
jan/2026 a dez/2026				
jan/2027 a dez/2027				
jan/2028 a dez/2028				
jan/2029 a dez/2033				
jan/2034 a dez/2038				
jan/2039 a dez/2043				
jan/2044 a dez/2048				
jan/2049 a dez/2053				
Total				

Fornecedores	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores	24.937	52.035	205.385	233.020
Fornecedores recuperação judicial	32.616	64.461	251.316	316.235
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	32.616	64.461	251.316	315.156

Apresentados como: Circulante: 10.250, 33.057, 58.392, 115.880. Não circulante: 22.366, 31.404, 192.924, 199.276. Total: 32.616, 64.461, 251.316, 315.156.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$24.937 (controladora), sendo R\$1.390 - Classe I, R\$23.542 - Classe III e R\$5 - Classe IV. No consolidado, o total é R\$205.385, sendo R\$1.421 - Classe I, R\$203.220 - Classe III e R\$744 - Classe IV.

	31/12/2022						31/12/2021					
	Circulante		Não circulante		Total geral		Circulante		Não circulante		Total geral	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espira (14.5.a)												



→ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
Valores expressos em milhares de Reais

Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolútivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação. **18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$196.614 (2021, R\$181.068), sendo R\$57.091 (2021, R\$77.988) cíveis, R\$3.517 (2021, R\$7.422) trabalhistas, R\$103.655 (2021, R\$95.094) fiscais, R\$662 (2021, R\$564), administrativas e R\$31.689, regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição	61.451	188	—	—	—	61.639
Atualização	2.090	620	2.816	115	—	5.841
Baixa	(14.636)	(2.400)	—	—	(17.036)	—
Total	77.730	7.380	95.107	553	2.500	183.270
Honorários de êxito	258	42	(13)	11	(2.500)	(2.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	77.988	7.422	95.094	564	—	181.068
Adição ^(a)	30	265	—	6	31.293	31.594
Atualização	3.165	970	8.568	205	—	12.908
Baixa ^(b)	(16.636)	(3.512)	—	(143)	—	(20.291)
Pagamento ^(c)	(4.460)	(1.294)	—	—	—	(5.754)
Total	60.807	3.851	103.662	632	31.293	199.525
Honorários de êxito	(2.996)	(334)	(7)	30	396	(2.911)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	57.091	3.517	103.655	662	31.689	196.614

(a) refere-se substancialmente à constituição de provisão e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros e detalhada a seguir. (b) refere-se substancialmente à reversão da provisão anteriormente constituída considerando a revisão e redução do valor das ações cíveis e trabalhistas. (c) refere-se substancialmente à condenação da Companhia ao pagamento das despesas, custas e honorários advocatícios incorridos pela AES, que totalizam R\$4.537 quitados em 02 de fevereiro de 2022. Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Possíveis: (i) Cíveis - refere-se basicamente a: a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. Diante do acordo firmado entre as partes em 01 de novembro de 2022 a Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos manteve provisão de R\$814, já que R\$ 4.213 foram pagos em 2021 mediante conversão dos créditos em ações. Do saldo remanescente de R\$27.147, a Elite cedeu ao Special Situation Fundo de Investimento Direitos Creditórios não Padronizados R\$24.659, reclassificados para a rubrica de outras contas a pagar e quitado em 02 de fevereiro de 2023, mediante a capitalização dos créditos (nota 31.1), b) procedimento arbitral promovido pela LightCom Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom") em face da Renova Comercializadora envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Renova Comercializadora, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$51.682. Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da controlada Renova Comercializadora perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem ("Câmara FGV") por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre. A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar requerida determinando a reativação imediata do contrato. Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato (nota 31.2). Paralelamente, visando a nulidade da sentença arbitral e a manutenção de contrato essencial ao Plano de Recuperação Judicial, em 16 de maio de 2022 a Companhia ajuizou Ação Anulatória de Sentença Arbitral (processo nº 1048991-15.2022.8.26.0100), tendo a LightCom apresentado defesa e a Companhia réplica. A Companhia aguarda julgamento. c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$2.534 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas. (ii) Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica ("SFG"), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 (i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i). Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da agência para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso. A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. **Possíveis:** Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$409.121 (31 de dezembro de 2021, R\$640.808), sendo R\$395.465 (31 de dezembro de 2021, R\$636.409) cíveis, R\$3.670 (31 de dezembro de 2021, R\$1.519) administrativas e R\$9.986 trabalhistas (31 de dezembro de 2021, R\$2.879), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$393.595 (R\$362.328, 31 de dezembro de 2021) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso. b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$15.526 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial. **18.1 Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos:** A Diretoria Independente de Riscos e Conformidade tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos. A Companhia teve notícia recente de que um dos inquéritos da Operação denominada "E o Vento Levou", que se encontrava no Ministério Público Federal, foi encaminhado e acolhida pela Justiça Federal de São Paulo, sendo revertido em ação penal. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na ação penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e tal inquérito diz respeito a situações e pessoas físicas totalmente desvinculadas da atual administração da Renova Energia e muito anteriores à implementação da Diretoria de Riscos e Conformidade. Neste contexto, e como informado nas divulgações de resultados anteriores, foram contratadas à época investigações internas contando com apoio externo independente de consultoria especializada multinacional e renomado escritório de advocacia ("Investigadores Independentes"), juntamente com o Comitê de Monitoramento constituído pelo Conselho de Administração, as quais concluíram que a condução e efetivação de determinados contratos foram celebrados sem observar os controles internos da Cia. No entanto, o resultado final de tais investigações acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios supostamente praticados pela Companhia, conforme anteriormente divulgado em fato relevante datado de 20 de fevereiro de 2020. Todos os fatos aqui relatados não produzem nenhuma interferência e não tem relação com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Finalmente, vale ressaltar que a Companhia continua acompanhando desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso. Atualmente, a Companhia permanece investindo no aprimoramento de seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem. Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber: i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades; ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a *Compliance* em todas as diretorias; iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados à contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia; iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco; v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD; vi. Consolidação de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades; vii. Projeto de aprimoramento da política de aplicação de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros; viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta; ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal; x. Monitoramento contínuo de riscos de invasões e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia. Tais medidas complementam as altitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG. Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso *pipeline* de iniciativas: a. Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos. b. Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 52% de mulheres em posições de liderança. c. Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores. d. Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção. e. Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

19. Provisão para contrato oneroso: Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Os contratos estão incluídos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesses contratos é inferior ao preço da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia revisou seus cálculos considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI e identificou que não há provisão a ser constituída. (R\$23.465, em 31 de dezembro de 2021), assim a Companhia realizou a reversão da provisão no montante de R\$23.465. **20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas:** a) Capital autorizado. De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000. b) Capital social. Em 05 de maio de 2022, Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Companhia ao AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("AP Energias Renováveis"), administrado e gerido pela Mantis Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners). Com a conclusão da transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Companhia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova. Ademais, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetilé Participações Ltda. (nova denominação social de Caetilé Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Companhia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta. Em 29 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de junho de 2022, para capitalização de créditos detidos pela acionista AP Energias Renováveis, nos termos dos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 789.162, representado por 134.667.698 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 66.552.011 ações ordinárias e 68.115.687 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.139.098 (R\$3.349.936, em 31 de dezembro de 2021) dividido em 244.147.746 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.073.879 ações ordinárias e 122.073.867 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.356.007	21,59%	—	0,00%	26.356.007	10,80%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	15.115.371	12,38%	—	0,00%	15.115.371	6,19%
Caetilé Participações S.A.	10.356.384	8,48%	—	0,00%	10.356.384	4,24%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,72%	—	0,00%	884.252	0,36%
Outros Acionistas	95.717.872	78,41%	122.073.867	100,00%	217.791.739	89,20%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	66.545.129	54,51%	68.107.270	55,79%	134.652.399	55,15%
Caetilé Participações S.A.	—	0,00%	406.795	0,33%	406.795	0,17%
Renato do Amaral Figueiredo ²	5.764.804	4,72%	4.777.141	3,91%	10.541.945	4,32%
Ricardo Lopes Delneri	6.917.112	5,67%	14.746.540	12,08%	21.663.652	8,87%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	1,40%	3.424.354	2,81%	5.136.532	2,10%
BNDESPAR	696.683	0,57%	1.393.366	1,14%	2.090.049	0,86%
Outros	14.081.966	11,54%	29.218.401	23,94%	43.300.367	17,74%
Total	122.073.879	100,00%	122.073.867	100,00%	244.147.746	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas.
Nota 2: Possui 36.162 ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR.
Em 07 de outubro de 2022, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 6ª e última Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova poderiam manifestar interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia, nos termos dos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova. O prazo para manifestação e recebimento do pedido de conversão pela Companhia foi encerrado em 05 de novembro de 2022 e em 02 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia (nota 31.1). c) Custos na emissão de ações. A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

21. Receita líquida:

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	49.321	88.490	27.971	45.321
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	737.407	—	91.052	458
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			102.534	54.637
			221.557	100.416
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(15.154)	(6.604)
Total			206.403	93.812

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

22. Custos e despesas (receitas):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	—	—	59.800	71.943
Custo da operação				
Serviços de terceiros	—	—	23.291	4.629
Seguros	—	—	4.800	—
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	—	—	3.787	220
Seguros	—	—	1.016	2.232
Repactuação do risco hidrológico	—	—	241	893
Material de uso e consumo	—	—	274	24
Outros custos	—	—	33.409	7.998
Depreciações e amortizações (Nota 11)	88	84	43.747	84
Encargos do uso do sistema de distribuição	—	—	10.758	676
Tusd/Tust ⁽²⁾	—	—	204	137
Taxa de fiscalização	—	—	10.962	813
Total	88	84	147.918	80.838
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	4.589	4.188	24.595	18.613
Serviços de terceiros	9.904	14.795	25.518	33.491
Seguros	938	1.016	4.360	2.909
Telefonia e TI	401	714	3.033	2.817
Viagens	177	26	2.356	1.982
Impostos e taxas	746	607	1.455	1.283
Material de uso e consumo	134	120	561	529
Aluguéis e arrendamentos	33	2	54	207
Contingências cíveis e trabalhistas (Nota 18)	(3.691)	(5.673)	27.337	42.386
Outras despesas	345	143	506	351
	13.576	15.938	89.775	103.978
Depreciações e amortizações (Nota 11)	9.263	1.526	9.907	2.031
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	—	—	(819.755)	9.235
Outras (receitas) despesas líquidas	—	—	3.065	30.312
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	—	—	25.780	51.868
Penalidades contratuais e regulatórias ⁽³⁾	—	36.700	9.156	15.764
Tusd/Tust ⁽²⁾	—	—	271	171
Taxa de fiscalização	—	—	581	359
Licenças e estudos ambientais	—	—	281	151
Contrato oneroso (Nota 19)	—	—	(23.465)	5.130
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de PIS/COFINS	—	—	69	7.275
Outras despesas (receitas)	(647)	335	(5.348)	2.789
Total	(647)	37.035	9.865	113.668
	22.192	54.499	(710.208)	228.912

(1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. (2) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao período anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos. (3) Refere-se substancialmente a penalidades aplicadas pela (i) CCEE por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014 e (ii) ONS pelo cancelamento do contrato CUST do Alto Sertão III - Fase B (nota 17).

23. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções	14.3.b	5.174	2.708	16.795
Juros sobre debêntures	25	1.154	—	—
Juros - partes relacionadas	25	2.690	111	—
Outras receitas financeiras	—	255	311	1.019
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹	—	(431)	(147)	(904)
Total das receitas financeiras	—	8.842	2.983	16.910
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	14.3.a	(25.082)	(34.129)	(137.466)
Juros sobre debêntures	14.3.b	(1.185)	(1.305)	—
Juros - partes relacionadas	25	(59.864)	(39.563)	(59.779)
Juros	—	(6.081)	(2.261)	(15.638)



RENOVA ENERGIA S.A.
CNPJ nº 08.534.605/0001-74

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

→ continuação

25.3. Movimentação:	Consolidado		Controladora		Consolidado				
	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	31/12/2022	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	31/12/2021	Custo amortizado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.027.772	1.370.970	202.538	1.370.970					
Adição	(314)	(319)	68.907	(1.876)	63.773	—	—	354.110	—
Amortização	—	—	(54.821)	(1.876)	4.282	—	—	5.278	—
Encargos financeiros provisionados	39.538	—	79	39.563	—	30.367	—	—	6.231
Capitalização dos créditos com partes relacionadas	(274.160)	—	—	(274.160)	—	—	278	—	—
Compensação dos mútuos com dividendos	—	—	—	(201.379)	—	—	—	254	—
Incorporação mútu Chipley	—	—	—	(116.926)	—	—	—	—	—
Cessão de crédito entre partes relacionadas	—	30.486	—	30.486	—	—	—	—	115.880
Incorporação mútu Chipley com Renova Comercializadora	—	134.637	—	—	—	—	—	—	252.508
Capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital e rateio de despesas	—	(163.272)	—	—	—	—	—	—	49.860
Transferência do adiantamento para futuro aumento de capital para o investimento	—	(10.000)	—	—	—	—	—	—	—
Transferência para ativos mantidos para venda	—	(384)	—	—	—	—	—	—	199.276
Saldos em 31 de dezembro de 2021	792.836	208.170	846.359	846.359	192.924	—	—	950.914	944.957
	792.836	208.170	846.359	846.359	192.924	—	—	950.914	944.957
	792.836	177.684	815.873	815.873	—	—	—	—	742.976
	—	34.591	—	—	—	—	—	—	—
	—	11.014	—	—	—	—	—	—	—
	59.779	2.690	59.864	59.864	—	—	—	—	—
	(4.064)	(22.834)	(4.064)	(4.064)	—	—	—	—	—
	—	(10.700)	—	—	—	—	—	—	—
	(789.072)	—	(789.072)	—	—	—	—	—	—
	—	(1.492)	—	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	(59.479)	—	(59.479)	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	—	571	—	—	—	—	—	—	—
	—	222.010	—	30.486	—	—	—	—	—

Saldos em 31 de dezembro de 2021

Adição

Assunção do mútu da Renova Comercializadora com a ESPRA

Encargos financeiros provisionados

Reclassificação outros créditos

Amortização

Incorporação controlada Bahia Holding

Capitalização dos créditos com rateio

Capitalização dos TARDs

Compensação dos mútuos com dividendos

Reclassificação para outras contas a pagar (nota 17)

Transferência para ativos mantidos para venda

Saldos em 31 de dezembro de 2022

25.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR. (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizadas na Companhia. (3) Adiantamento para futuro aumento de capital recebido da então controladora CEMIG GT, em 25 de outubro de 2019. Conforme previsto no plano de recuperação judicial esses valores serão quitados com recursos provenientes da venda da UPI Mina de Ouro. Em 15 de setembro de 2021 a Companhia comunicou ao mercado que devido à falta de interessados, nas ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., não ocorreu o Leilão por Proposta Fechada da UPI Mina de Ouro. Considerando que a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia, o saldo do DIP e do Adiantamento para futuro aumento de capital foi transferido para a rubrica Outras contas a pagar (nota 17). (4) TARDs CEMIG - Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Companhia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre outubro de 2016 e abril de 2019. Com a alteração do controle acionário da Companhia, a CEMIG GT cedeu esses créditos a AP Energias Renováveis que seguiu com a sua capitalização conforme descrito na nota explicativa 20.b. (5) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo - Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Energia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre março e outubro de 2019. Em 06 de maio de 2021 a totalidade dos créditos detidos por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, bem como o valor devido a terceiros foram capitalizadas. (6) Outras operações com partes relacionadas: • Empréstimos tipo DIP: Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.578	10.742	32.977	60.297

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A. b. **Debêntures privadas:** Como mencionado na nota explicativa 14.2.2 tanto a Companhia quanto a sua controlada Renova Comercializadora emitiu instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Fase B e pela Companhia. c. **Outros créditos:** Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III - Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017. **25.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcança o montante de R\$11.655 e R\$10.245, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo. **Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:**

	31/12/2022						31/12/2021					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,42	3,33	5,75	3,25	5,00	14,00	2,42	3,33	5,75	3,25	5,00	14,00
Remuneração fixa acumulada	2.769	2.903	5.672	464	464	6.800	2.527	3.061	5.283	336	498	6.117
Salário ou pró-labore	2.527	2.535	5.062	464	464	5.990	2.42	369	610	—	—	610
Benefícios diretos e indiretos	242	—	242	—	—	3.894	—	—	—	—	—	—
Remuneração variável acumulada	2.578	1.316	3.894	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bônus	—	125	125	—	—	125	—	—	—	—	—	—
Provisão Programa de participação no resultado	2.578	1.008	3.586	—	—	3.586	—	—	—	—	—	—
Gratificações variáveis	—	183	183	—	—	183	—	—	—	—	—	—
Benefícios pós emprego	9	—	9	—	—	9	—	—	—	—	—	—
Benefícios motivados pela cessação do cargo	865	287	1.152	—	—	1.152	—	—	—	—	—	—
Valor total da remuneração por órgão	6.221	4.506	10.727	464	464	11.655	3.980	5.431	9.411	336	498	10.245

Número de membros remunerados

Remuneração fixa acumulada

Salário ou pró-labore

Benefícios diretos e indiretos

Remuneração variável acumulada

Bônus

Provisão Programa de participação no resultado

Gratificações variáveis

Benefícios pós emprego

Benefícios motivados pela cessação do cargo

Valor total da remuneração por órgão

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022-CVM/SEP. **Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:**

	31/12/2022				31/12/2021			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,42	3,33	5,75	3,25	2,42	3,33	5,75	3,25
Valor da maior remuneração individual	2.020	1.082	81	73	2.697	1.913	144	100
Valor da menor remuneração individual*	251	886	81	73	1.293	681	96	99
Valor médio de remuneração individual	1.906	995	88	71	1.990	1.589	112	100

Nota: o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do período apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022-CVM/SEP. Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, o montante de até R\$6.473 para a remuneração global dos administradores paga no período de maio de 2022 a abril de 2023. No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso. **26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas a) Valor justo dos instrumentos financeiros; Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, e partes relacionadas, caucões e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

Ativos financeiros	Controladora		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	249	234.209	249	234.209
Partes relacionadas	73.200	51.941	73.200	51.941
Não circulante				
Aplicações financeiras	278	254	278	254
Partes relacionadas	148.810	156.229	148.810	156.229
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.250	33.057	10.250	33.057
Empréstimos e financiamentos	1.425	252.303	1.425	252.303
Partes relacionadas	30.486	80.346	30.486	80.346
Não circulante				
Fornecedores	22.366	31.404	22.366	31.404
Empréstimos e financiamentos	31.091	2.583	31.091	2.583
Debêntures privadas	61.135	59.950	61.135	59.950
Partes relacionadas	—	766.013	—	766.013

Ativos financeiros	Controladora		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	63.773	354.110	63.773	354.110
Aplicações financeiras	4.282	5.278	4.282	5.278
Contas a receber de clientes	30.367	6.231	30.367	6.231
Não circulante				
Aplicações financeiras	278	254	278	254
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	58.392	115.880	58.392	115.880
Empréstimos e financiamentos	49.939	252.508	49.939	252.508
Partes relacionadas	—	49.860	—	49.860
Não circulante				
Fornecedores	192.924	199.276	192.924	199.276
Empréstimos e financiamentos	950.914	944.957	950.914	944.957
Partes relacionadas	—	742.976	—	742.976

b) Categorias de instrumentos financeiros: A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	249	—	234.209	—
Partes relacionadas	—	73.200	—	51.941
Não circulante				
Aplicações financeiras	278	—	254	—
Partes relacionadas	—	148.810	—	156.229
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	—	10.250	—	33.057
Empréstimos e financiamentos	—	1.425	—	252.303
Partes relacionadas	—	30.486	—	80.346
Não circulante				
Fornecedores	—	22.366	—	31.404
Empréstimos e financiamentos	—	31.091	—	2.583
Debêntures privadas	—	61.135	—	59.950
Partes relacionadas	—	—	—	766.013

Ativos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	63.773	—	354.110	—
Aplicações financeiras	4.282	—	5.278	—
Contas a receber de clientes	—	30.367	—	6.231
Não circulante				
Aplicações financeiras	278	—	254	—
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	—	58.392	—	115.880
Empréstimos e financiamentos	—	49.939	—	252.508
Partes relacionadas	—	—	—	49.860
Não circulante				
Fornecedores	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	—	—	—	—
Partes relacionadas	—	—	—	—
Não circulante				
Fornecedores	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	—	—	—	—
Partes relacionadas	—	—	—	—

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Valor justo em 31 de dezembro de 2022

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	preço cotado (nível 1)	técnica de avaliação (nível 2)	preço cotado (nível 1)	técnica de avaliação (nível 2)
Saldo em 31/12/2022	64.804	—	—	—
Ativos				
Aplicações financeiras	64.804	—	—	—

Valor justo em 31 de dezembro de 2021

Descrição	31	
-----------	----	--



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022: Demonstração do resultado dos ativos classificados como mantidos para venda	Enerbras	SF120	Total	Nota explicativa		Consolidado		Controladora	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Receita	43.813	-	43.813						
Custos e despesas	(22.706)	(320)	(23.026)	10	-	24.534	-	(42.515)	-
Lucro antes dos impostos	21.107	(320)	20.787						
Resultado financeiro	(4.603)	-	(4.603)	10.3,2 e 25.3	-	-	-	12.192	35.522
Imposto de renda e contribuição social	(1.808)	-	(1.808)						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.696	(320)	14.376	10.3,2	-	80.716	-	-	102.290
Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda									
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	27.604	(320)	27.284						
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	15.233	(382)	14.851	10.3,2 e 11.4	-	21.574	-	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(12.120)	702	(11.418)	10.3,2 e 11.4	-	-	-	-	20.928
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	30.717	-	30.717						76.300
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.895	-	6.895	11	6.895	3.857	1.974	-	796
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.612	-	37.612	11	(1.484)	15.372	-	-	550
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	44.507	-	44.507	11	(2.526)	-	-	-	-
29. Cobertura de Seguros									
A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:									
Risco de operação									
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência							
Respos operacionais	R\$ 2.655.000	Início	Fim						
Responsabilidade civil	R\$ 50.000	13/06/2022	13/06/2023						
		26/11/2022	30/11/2023						
Risco de construção									
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência							
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 28.268	Início	Fim						
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	31/01/2023	31/01/2024						
Garantia executante construtor (Mercado Livre II)	R\$ 20.520	31/01/2023	31/01/2024						
Risco de engenharia	R\$ 2.523	30/12/2022	03/04/2023						
Transporte nacional	R\$ 183.208	22/06/2022	22/06/2023						
Risco de administração e portfólio									
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência							
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores - D&O	R\$ 60.000	Início	Fim						
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 2.100	07/11/2022	07/11/2023						
Seguro de riscos diversos - equipamentos	R\$ 915	07/11/2022	07/11/2023						
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R\$ 5.000	29/03/2022	29/03/2023						
30. Transações não envolvendo caixa: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:									

Declaração da Administração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

Daniel Gallo - Diretor Presidente

Emanuela Cabib - Diretora Jurídica

Vitor Hugo Alexandrino da Silva - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Diretoria

Daniel Gallo - Diretor Presidente

Emanuela Cabib - Diretora Jurídica

Vitor Hugo Alexandrino da Silva - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Contadora

Gina Abreu Batista dos Santos - CRC 027321-O-BA

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Renova Energia S.A.** - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório, sem ressalvas, e os esclarecimentos recebidos dos auditores independentes da BDO RCS Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão aptas a serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 28 de março de 2023

Márcio Hideyuki Momo - Presidente do Conselho Fiscal

Membros do Conselho Fiscal:

Márcio Hideyuki Momo

Vitor Medeiros Dias Cardoso de Oliveira

Maurício Rocha Alves de Carvalho

Paulo Mauricio Mantuano de Lima

Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial**
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A; ii) conclusão da alienação da UPI Enerbras (Nota Explicativa nº 1.2.1); iii) quitação de empréstimo junto ao BTG; iv) pagamento de credores concursais e extracursais e consequente redução do endividamento; v) conversão de créditos em ações. A Companhia e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de impairment de ativo imobilizado

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas possuem registrado em seu ativo imobilizado o montante de R\$ 2.686.601 mil (consolidado). A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados as suas operações com expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, em caso de indícios de irrecuperabilidade, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) /IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado do teste anual de recuperabilidade desses ativos em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não observaram a existência de indicativos de desvalorização de certos ativos imobilizados, e consequentemente reverteram parte da perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 819.755 mil, reconhecida em exercícios anteriores, conforme divulgado na nota explicativa 1.5. A Companhia e suas controladas realizam teste de impairment, baseado no valor em uso, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, considera o método do fluxo de caixa descontado, o qual possui diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação e crescimento econômico que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos, além do volume e preço de venda de energia, prazos de continuidade da operação e gastos para reparação e manutenção dos equipamentos, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas e às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos por parte da Administração. Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados foram os seguintes:

(i) Análise das projeções de resultados e do julgamento empregado pela Administração da Companhia e suas controladas nas estimativas aplicadas;

(ii) Avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de resultados;

(iii) Avaliação se a metodologia empregada na determinação de aspectos como taxa de desconto, modelo de cálculo, dentre os aspectos requeridos;

(iv) Confronto de informações históricas inseridas no cálculo, com base nas informações contábeis da Companhia e suas controladas;

(v) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos bens do ativo imobilizado, bem como as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza civil, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na opinião de seus assessores jurídicos e no melhor entendimento da Administração, em 31 de dezembro de 2022, para os processos considerados de perda provável, foi constituída provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 196.614 mil (consolidado). Adicionalmente, existem diversos processos de natureza civil e trabalhista, considerados como de perda possível pelos assessores jurídicos, no montante de R\$ 409.121 mil, para os quais nenhuma provisão para contingência foi constituída. Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos nos processos, o alto grau de julgamento que envolve a classificação das chances de êxito de cada processo e a estimativa de valor, a determinação se uma provisão deve ser constituída e a probabilidade de desembolso financeiro.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) Entendimentos sobre os controles internos que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações das contingências em nota explicativa;

(ii) Obtenção de confirmação externa diretamente com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos;

(iii) Discussão com a Administração acerca da classificação das chances de êxito de cada processo e a evolução dos principais processos judiciais em aberto;

(iv) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base na execução dos procedimentos acima mencionados, consideramos que as estimativas das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas estão adequadas, assim como as divulgações relacionadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Plano de Recuperação Judicial - venda de ativos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em 18 de dezembro de 2020, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores e teve a decisão proferida e homologada. O plano inicial foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais sociedades em recuperação judicial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, seguindo o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas foram concluídas as vendas de diversos ativos, conforme previsto no plano: UPI Cordilheira dos Ventos. Considerando os eventos existentes e a relevância dos valores envolvidos nas vendas desses ativos, assim como, a complexidade dos critérios de

reconhecimento de receitas e custos, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) Leitura e análise da documentação relacionada aos processos de vendas dos ativos;

(ii) Verificação dos recebimentos dos recursos originados das vendas dos ativos;

(iii) Revisão dos critérios contábeis de reconhecimento de receita e custo;

(iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação suplementar

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluímos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de março de 2023



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios
Contador - CRC 1 BA 017715/O-5 - S - SP

